



Demonstrações Financeiras – Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Balanço Patrimonial3

**Demonstração dos resultados dos
exercícios.....4**

**Demonstração das mutações do
patrimônio líquido
.....5**

**Demonstração dos fluxos de caixa
.....6**

**Notas explicativas
.....7**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis financeiras. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e Nota 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e Nota 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



Outros assuntos

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 30 de março de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas financeiras estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e Nota 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a



fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Antonio Dias da Silva
CRC 1RJ062926/O-9 "S" SP

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH
Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | 2016 | 2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTE | 14.636.890 | 15.581.170 |
| Disponibilidades | 42.782 | 63.348 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4) | 5.132.712 | 3.574.310 |
| Aplicações no mercado aberto | 5.041.355 | 2.710.820 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 91.357 | 239.169 |
| Aplicações em moeda estrangeira | - | 624.321 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 7.001.765 | 6.715.184 |
| Carteira própria (Nota 5) | 1.006.633 | 324.138 |
| Vinculados a compromissos de Recompra (Nota 5) | 24.005 | 5.254 |
| Vinculados à prestação de garantias (Nota 5) | 3.062.297 | 3.521.377 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14) | 2.908.830 | 2.864.415 |
| Relações interfinanceiras | 269.679 | 127.795 |
| Correspondentes | 848 | 388 |
| Depósitos no Banco Central | 268.831 | 127.407 |
| Operações de crédito (Nota 6) | 340.131 | 147.057 |
| Setor privado | 342.522 | 148.717 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (-) | (2.391) | (1.660) |
| Outros créditos | 1.849.416 | 4.952.863 |
| Carteira de câmbio (Nota 7) | 1.165.552 | 3.342.795 |
| Rendas a receber | 14.057 | 45.560 |
| Negociação e intermediação de valores (Nota 9) | 480.894 | 1.407.331 |
| Diversos (Nota 8) | 188.913 | 157.177 |
| Outros valores e bens | 405 | 613 |
| Despesas antecipadas | 405 | 613 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 3.000.997 | 6.487.964 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4) | 26.421 | 473.468 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 26.421 | 473.468 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 2.031.270 | 5.211.783 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14) | 2.031.270 | 5.211.783 |
| Operações de crédito (Nota 6) | 518.861 | 496.529 |
| Setor privado | 518.861 | 496.529 |
| Outros créditos | 424.445 | 306.143 |
| Diversos (Nota 8) | 424.445 | 306.143 |
| Outros valores e bens | - | 41 |
| Despesas antecipadas | - | 41 |
| PERMANENTE | 48.604 | 52.492 |
| Investimentos (Nota 10) | 11 | 11 |
| Outros investimentos | 11 | 11 |
| Imobilizado de uso (Nota 11) | 47.688 | 51.213 |
| Imobilizações de uso | 101.891 | 96.648 |
| Depreciação acumulada (-) | (54.203) | (45.435) |
| Intangível (Nota 12) | 905 | 1.268 |
| Gastos de organização e expansão | 10.608 | 10.617 |
| Amortização acumulada (-) | (9.703) | (9.349) |
| TOTAL | 17.686.491 | 22.121.626 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras consolidado.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH
Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

| PASSIVO | 2016 | 2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTE | 8.984.448 | 12.492.239 |
| Depósitos (Nota 15) | 2.678.500 | 710.875 |
| Depósitos à vista | 680.937 | 318.497 |
| Depósitos interfinanceiros | 179.922 | 16.028 |
| Depósitos a prazo | 1.817.641 | 376.350 |
| Captações no mercado aberto (Nota 16) | 1.232.550 | 47.249 |
| Carteira própria | 23.939 | 5.246 |
| Carteira terceiros | 1.208.611 | 42.003 |
| Relações interfinanceiras | 4 | 18 |
| Sistemas de liquidação | 4 | 18 |
| Relações interdependências | 58.842 | 40.977 |
| Recursos em Trânsito de Terceiros | 58.842 | 40.977 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14) | 2.330.744 | 6.699.644 |
| Outras obrigações | 2.683.808 | 4.993.476 |
| Carteira de câmbio (Nota 7) | 1.155.954 | 3.292.501 |
| Sociais e estatutárias (Nota 28) | 263.217 | 274.050 |
| Fiscais e previdenciárias (Nota 18) | 592.409 | 160.315 |
| Negociação e intermediação de valores (Nota 9) | 642.899 | 1.153.559 |
| Dívidas subordinadas (Nota 19) | - | 87.477 |
| Diversas (Nota 21) | 29.329 | 25.567 |
| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | 6.659.164 | 8.137.113 |
| Depósitos (Nota 15) | 4.335.702 | 1.401.207 |
| Depósitos a prazo | 4.335.702 | 1.401.207 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14) | 2.176.713 | 6.479.981 |
| Outras obrigações | 146.749 | 255.925 |
| Fiscais e previdenciárias (Nota 18) | 101.427 | 202.829 |
| Diversas (Nota 21) | 45.322 | 53.096 |
| RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS | 1.378 | 5.276 |
| PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS | - | 7 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13) | 2.041.501 | 1.486.984 |
| Capital: | 1.776.333 | 1.198.113 |
| De domiciliados no exterior | 1.776.333 | 1.198.113 |
| Reservas de lucros | 72.819 | 288.871 |
| Participação de não controladores | 192.349 | - |
| TOTAL | 17.686.491 | 22.121.626 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH

Demonstração Consolidada dos Resultados do semestre findo 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2º semestre | 2016 | 2015 |
|--|--------------------|--------------------|------------------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22) | 596.679 | 1.904.345 | 944.496 |
| Operações de crédito | 54.873 | 103.662 | 74.411 |
| Resultado com títulos e valores mobiliários | 506.205 | 1.076.531 | 813.140 |
| Resultado de operações de câmbio | 35.601 | 724.152 | 56.945 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 23) | (258.508) | (1.076.451) | (481.823) |
| Operações de captação no mercado | (377.537) | (548.027) | (210.902) |
| Operações com instrumentos financeiros derivativos | 116.191 | (411.541) | (146.154) |
| Operações de empréstimos e repasses | 2.605 | (116.143) | (137.996) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6) | 233 | (740) | 13.229 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 338.171 | 827.894 | 462.673 |
| RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS | (5.158) | (85.066) | (171.553) |
| Receitas de prestação de serviços (Nota 24) | 331.924 | 599.829 | 559.439 |
| Despesas de pessoal (Nota 25) | (128.935) | (335.117) | (525.008) |
| Outras despesas administrativas (Nota 26) | (218.371) | (315.250) | (160.827) |
| Despesas tributárias (Nota 27) | (50.243) | (94.771) | (53.043) |
| Outras receitas operacionais | 100.751 | 101.529 | 9.710 |
| Outras despesas operacionais | (40.284) | (41.286) | (1.824) |
| RESULTADO OPERACIONAL | 333.013 | 742.828 | 291.120 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | (167) | (393) | (1.104) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 332.846 | 742.435 | 290.016 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 8) | (166.066) | (358.039) | (68.189) |
| Imposto de Renda | (127.408) | (192.085) | (69.862) |
| Contribuição Social | (98.227) | (156.182) | (45.945) |
| Ativo Fiscal Diferido (Nota 8b) | 59.569 | (9.772) | 47.618 |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO | 166.780 | 384.396 | 221.826 |
| LUCRO POR AÇÃO - R\$ | 0,27 | 0,63 | 0,37 |
| Juros Sobre Capital | - | - | (84.390) |
| QUANTIDADE DE AÇÕES – 598.330.140 | | | |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e
exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Capital Social | | Reservas de Lucros | | | | Lucros Acumulados | Participação de não controladores | Total |
|--|------------------|--------------------|--------------------|---------------|----------------|---------------|-------------------|-----------------------------------|------------------|
| | Capital | Aumento de Capital | Incentivos Fiscais | Legal | Estatutária | Especial | | | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 1.198.113 | - | 3.540 | 83.431 | - | 64.471 | - | - | 1.349.555 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 221.826 | - | 221.826 |
| Destinações: | | | | | | | | | |
| Reserva Legal (Nota 13) | - | - | - | 11.091 | - | - | (11.091) | - | - |
| Juros Sobre Capital próprio – R\$ 0.141 por ação (Nota 13) | - | - | - | - | - | - | (84.390) | - | (84.390) |
| Reservas de capital (Nota 13) | - | - | (2.917) | - | - | 2.917 | - | - | - |
| Reservas estatutárias (Nota 13) | - | - | - | - | 190.809 | (64.471) | (126.345) | - | (7) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 1.198.113 | - | 623 | 94.522 | 190.809 | 2.917 | - | - | 1.486.984 |
| Alienação de investida (Nota 13) | - | - | - | - | - | - | - | 193.711 | 193.711 |
| Incorporação de não controladores | - | - | - | - | - | - | - | 7 | 7 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 380.899 | 3.497 | 384.396 |
| Destinações: | | | | | | | | | |
| Reserva Legal (Nota 13) | - | - | - | 19.045 | - | - | (19.045) | - | - |
| Aumento de capital | 71.732 | 506.488 | (623) | (94.522) | (190.811) | (2.917) | (217.615) | - | 71.732 |
| Dividendos mínimos obrigatórios - R\$ 0.156 por ação (Nota 13) | - | - | - | - | - | - | (90.463) | (4.866) | (95.329) |
| Reservas estatutárias (Nota 13) | - | - | - | - | 53.776 | - | (53.769) | - | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | 1.269.845 | 506.488 | - | 19.045 | 53.774 | - | - | 192.349 | 2.041.501 |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 | 1.198.113 | 71.732 | 623 | 94.522 | 190.809 | 2.917 | 217.615 | - | 1.776.331 |
| Alienação de investida (Nota 13) | - | - | - | - | - | - | - | 193.711 | 193.711 |
| Incorporação de não controladores | - | - | - | - | - | - | - | 7 | 7 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 163.284 | 3.497 | 166.781 |
| Destinações: | | | | | | | | | |
| Reserva Legal (Nota 13) | - | - | - | 19.045 | - | - | (19.045) | - | - |
| Aumento de capital | 71.732 | 436.756 | (623) | (94.522) | (190.811) | (2.917) | (217.615) | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios - R\$ 0.156 por ação (Nota 13) | - | - | - | - | - | - | (90.463) | (4.866) | (95.329) |
| Reservas estatutárias (Nota 13) | - | - | - | - | 53.776 | - | (53.776) | - | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | 1.269.845 | 506.488 | - | 19.045 | 53.774 | - | - | 192.349 | 2.041.501 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e
exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

| | <u>2º semestre</u> | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|--------------------|--------------------|------------------|
| FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (1.556.958) | (4.597.891) | 647.282 |
| <i>Lucro líquido ajustado</i> | 98.357 | 378.481 | 274.131 |
| Lucro líquido do semestre/exercício | 166.781 | 384.396 | 221.826 |
| Ajustes ao lucro líquido: | | | |
| Despesa de depreciação e amortização | 5.794 | 11.459 | 10.195 |
| Prejuízo na baixa do Imobilizado de uso/Intangível | 956 | 2.185 | 1.026 |
| (Reversão) / Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (235) | 731 | 1.659 |
| Provisões atuariais | 525 | 7.139 | - |
| (Reversão) / Provisão de contingências e obrigações legais | 23.524 | 26.727 | 385 |
| Créditos fiscais diferidos (Nota 8b) | (58.966) | 10.374 | (47.618) |
| Constituição de obrigações fiscais (Nota 8d) | (40.022) | (64.530) | 86.658 |
| <i>Variação de ativos e passivos</i> | (1.655.315) | (4.976.372) | 373.151 |
| (Aumento) / Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | (270.487) | 505.061 | (315.805) |
| (Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 1.711.533 | 2.899.399 | (7.947.131) |
| (Aumento) / Redução em relações interfinanceiras | (76.103) | (140.978) | (19.391) |
| (Aumento) em operações de empréstimos | (198.278) | (216.137) | (112.620) |
| (Aumento) / Redução em outros créditos | 2.285.901 | 2.273.267 | (2.219.595) |
| (Aumento) / Redução em outros valores e bens | 285 | 301 | (518) |
| (Redução) / Aumento em relações interdependências | 12.366 | 17.865 | 36.377 |
| (Redução) / Aumento em instrumentos financeiros derivativos passivos | (3.460.320) | (8.672.168) | 9.144.386 |
| Impostos de renda e contribuição social pagos | (27.822) | (66.724) | (20.927) |
| (Redução) / Aumento em outras obrigações | (1.632.806) | (1.572.360) | 1.825.643 |
| Aumento em resultado de exercícios futuros | 416 | (3.898) | 2.732 |
| FLUXOS DE CAIXA UTILIZADOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | 190.315 | 183.955 | (17.914) |
| Adições em imobilizado de uso | (3.314) | (9.756) | (17.914) |
| Alienação de investimentos | 193.711 | 193.711 | - |
| FLUXOS DE CAIXA UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | 2.996.838 | 6.010.247 | 705.921 |
| (Pagamento) / aumento de dívida subordinada (Nota 11) | (87.522) | (87.477) | 172 |
| Aumento em depósitos | 2.303.019 | 4.912.423 | 813.427 |
| Aumento / (Redução) em captações no mercado aberto | 781.344 | 1.185.301 | (107.679) |
| Varição na participação de acionistas não controladores | (3) | - | 1 |
| AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 1.630.277 | 1.596.311 | 1.335.289 |
| No início do semestre/exercício | 3.454.708 | 3.488.674 | 2.153.385 |
| No fim do semestre/exercício (Nota 29.1) | 5.084.985 | 5.084.985 | 3.488.674 |
| AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 1.630.277 | 1.596.311 | 1.335.289 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) em conjunto com a Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”) formam juntos o Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch (“CPBoAML”) nos termos da Resolução CMN nº 4.280/13, Circular CMN 3.701/14 e Carta-Circular 3.651/14 e têm por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de investimento, câmbio e crédito e às corretoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BofAML EMEA Holdings 2 Limited, sociedade constituída em Jersey e indiretamente pelo Bank of America Corporation (controladora final do Grupo), com sede nos Estados Unidos da América.

A Corretora foi constituída em 25 de maio de 1998, também sob a forma de sociedade por ações e em 30 de novembro de 2016, a parcela de seu capital que pertencia ao Banco, correspondente a 99,9954% do valor patrimonial da Corretora, foi vendida para BofAML EMEA Holdings 2 Limited, uma parte relacionada. A Corretora continua a atuar utilizando-se da estrutura administrativa e operacional do Banco.

As entidades que compõem o CPBoAML estão localizadas na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, na cidade de São Paulo.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições do Grupo, integrantes do sistema financeiro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do CPBoAML tem finalidade específica de cumprir os requisitos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) estabelecidos por meio da Resolução CMN nº 4.280/13 e regulamentações complementares, normativos estes que estabelecem conceitos específicos de consolidação e que passaram a exigir das instituições financeiras, a partir da data-base 30 de junho de 2014, a divulgação de demonstrações financeiras auditadas do Conglomerado Prudencial. As Demonstrações Financeiras Consolidadas do CPBoAML não se confundem com as demonstrações financeiras individuais das entidades que compõem o CPBoAML e que foram publicadas no jornal “Valor Econômico”, edição do dia 31 de março de 2017.

Além das determinações previstas na Resolução CMN nº 4.280/13 e regulamentações complementares, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do CPBofAML foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do CMN e do Bacen, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em 31 de dezembro de 2016 as Demonstrações Financeiras Consolidadas do CPBofAML foram apresentadas de forma combinada considerando o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, tendo o Banco como empresa líder. Esta combinação foi baseada no Art. 3º da Resolução CMN nº 4.280/13, o qual controle operacional efetivo é caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação no mercado sob a mesma marca.

Foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, na seleção do prazo de vida útil de certos ativos e no prazo de realização do crédito tributário. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27/12, aprovou o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo CMN. Desta forma, o CPBofAML, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN quais sejam:

- a) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- c) CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- d) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- e) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- f) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- g) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- h) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- i) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- j) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- k) CPC 33 – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do CPBofAML, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para divulgação pelo Comitê de Auditoria e Diretoria em 27 de março de 2017.

2.1 Consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/13, do CMN, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do CPBofAML abrangem a consolidação das entidades localizadas no país sobre as quais detenha controle direto ou indireto.

Para a elaboração dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do CPBofAML foram eliminadas as participações de uma entidade em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as entidades, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos minoritários.

Os saldos das contas patrimoniais e transações entre as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados advindos de operações entre entidades, são eliminados no processo de combinação e/ou consolidação. Para fins do Conglomerado Prudencial, os saldos do patrimônio líquido, dos ativos e dos passivos, bem como os resultados do Banco e da Corretora estão sendo apresentados de forma consolidada em 31 de dezembro de 2015 e de forma combinada em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016 o Patrimônio Líquido da Corretora está apresentado no Balanço Patrimonial do CPBofAML em “Participação de não controladores”.

| | | | | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | Lucro líquido do 2º semestre | Lucro líquido do exercício |
|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|--|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 31/12/2016 | Ativo | Passivo | Patrimônio Líquido | Patrimônio Líquido | | |
| Banco | 17.139.840 | 15.290.688 | 1.849.152 | 17.139.840 | 163.284 | 380.899 |
| Corretora | 898.150 | 705.801 | 192.349 | 898.150 | 5.943 | 19.467 |
| Eliminações | (351.492) | (159.143) | - | (351.492) | (5.943) | (15.970) |
| Prudencial | 17.686.498 | 15.837.346 | 2.041.501 | 17.686.498 | 163.284 | 384.396 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | Lucro líquido do 2º semestre | Lucro líquido do exercício |
| 31/12/2015 | Ativo | Passivo | Patrimônio Líquido | patrimônio líquido | | |
| Banco | 21.088.672 | 19.601.681 | 1.846.991 | 21.088.672 | 115.231 | 221.826 |
| Corretora | 1.641.490 | 1.469.300 | 172.190 | 1.641.490 | 8.484 | 22.620 |
| Eliminações | (608.536) | (436.346) | (532.190) | (608.536) | (8.484) | (22.620) |
| Prudencial | 22.121.626 | 20.634.635 | 1.486.991 | 22.121.626 | 115.231 | 221.826 |

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do CPBofAML.

3.2 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza

financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas pelo método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em moeda estrangeira, aplicações em depósitos interfinanceiros e relações interfinanceiras com correspondentes, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pelo CPBofAML para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 29.1).

3.4 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.5 Operações de Câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pro rata” dia (Nota 7).

3.6 Operações de Intermediação e Negociação de Valores

As operações de intermediação e negociação de valores mobiliários e ativos financeiros, por conta de clientes, são registradas pelos seus valores de liquidação.

3.7 Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores do Bacen, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As operações de crédito são pós-fixadas e registradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos auferidos, calculados “pro rata” dia até 60 dias de atraso, após este período são reconhecidos quando do recebimento de caixa.

3.8 Investimentos

Os investimentos em ações são avaliados pelo custo.

3.9 Imobilizado de Uso

Os bens do imobilizado de uso estão contabilizados ao custo de aquisição. A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, e em 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso. Anualmente, com base em 31 de dezembro, o Banco efetua teste de recuperabilidade do ativo imobilizado.

3.10 Intangível

Os gastos diferidos de organização e expansão são compostos substancialmente por despesas de reorganização da nova sede e implantação de sistemas. Esses gastos são amortizados linearmente com base no prazo de até 10 anos. De acordo com a Resolução nº 3.617/08 e, em consonância com a nova Lei das S.A nº 11.638/07, o subgrupo do Ativo Intangível passa a ter sua utilização restrita às despesas pré-operacionais e aos gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado em mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

3.11 Apuração de Impostos e Créditos Tributários

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real, são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a determinados limites e contribuição social de 20%. A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.

O CPBofAML adotou o procedimento de reconhecer o crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, contabilizado em “Outros Créditos – Diversos”. O efeito líquido de suas movimentações, foi contabilizado em contrapartida da despesa/receita com imposto de renda e contribuição social demonstrado na linha de ativo fiscal diferido na demonstração de resultado. Os créditos tributários foram constituídos baseados em estudo feito pela Administração considerando a expectativa futura de sua realização.

3.12 Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 do Bacen de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração. Todos os títulos e valores mobiliários foram classificados como “Títulos para Negociação” no ativo circulante, considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.13 Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Bacen, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (“hedge”).

As operações com instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), foram contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As posições destes instrumentos têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

3.14 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, conforme descrito abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas quando, com base na opinião de seus consultores jurídicos, for considerada provável a perda de uma ação judicial ou processo administrativo, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são registradas na rubrica fiscais e previdenciárias, representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

3.15 Outros Ativos e Passivos

Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

3.16 Transações envolvendo pagamento em ações

Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do CPBofAML recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código BAC, os quais somente podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa").

Transações liquidadas com caixa

O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgados pela NYSE e convertidos para Reais com base na Ptax de três dia úteis anteriores à data da transação. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.

O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até – e incluindo – a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

3.17 Benefícios a empregados

Tratam-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que o Banco contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:

- a) Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período.
- b) Benefícios pós emprego: aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida e assistência saúde pós emprego.

O Banco avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.

O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

O Banco determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banco considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A composição das “Aplicações Interfinanceiras de Liquidez” no mercado aberto e interbancário é a seguinte:

| | 2016 | | 2015 | |
|---|---------------------|------------------|---------------------|------------------|
| | Valor de Liquidação | Saldo Contábil | Valor de Liquidação | Saldo Contábil |
| Aplicação em depósitos interfinanceiros | 117.778 | 117.778 | 712.637 | 712.637 |
| Aplicações em moeda estrangeira | - | - | 624.321 | 624.321 |
| Aplicações no mercado aberto | 5.451.726 | 5.041.355 | 2.712.242 | 2.710.820 |
| Títulos pré-fixados | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN | 1.540.832 | 1.540.294 | 2.171.891 | 2.170.751 |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 300.148 | 300.047 | 408.269 | 408.021 |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-F | 2.401.521 | 1.992.402 | 90.045 | 90.046 |
| Títulos pós-fixados | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 800.814 | 800.408 | 42.037 | 42.002 |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-B | 408.411 | 408.204 | - | - |
| Total | 5.569.504 | 5.159.133 | 4.049.200 | 4.047.778 |
| Circulante | | 5.132.712 | | 3.574.310 |
| Realizável a longo prazo | | 26.421 | | 473.468 |

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como “títulos para negociação” são os seguintes:

(a) Total da carteira

(a.1) Carteira própria

| | 2016 | | 2015 | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Custo Atualizado | Valor de Mercado | Custo Atualizado | Valor de Mercado |
| Títulos de renda fixa | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN | 269.728 | 270.858 | 235.410 | 234.495 |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-F | 720.077 | 723.593 | 27.506 | 27.278 |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 12.175 | 12.182 | 10.582 | 10.684 |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-B | - | - | 51.592 | 51.585 |
| Títulos Privados | | | | |
| Ações de companhias abertas | - | - | 95 | 96 |
| Total | 1.001.980 | 1.006.633 | 325.185 | 324.138 |

(a.2) Vinculados a compromissos de recompra

| | 2016 | | 2015 | |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Custo Atualizado | Valor de Mercado | Custo Atualizado | Valor de Mercado |
| Títulos de renda fixa | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN | 23.977 | 24.005 | 5.248 | 5.254 |
| Total | 23.977 | 24.005 | 5.248 | 5.254 |

(a.3) Vinculados à prestação de garantias

| | 2016 | | 2015 | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Custo Atualizado | Valor de Mercado | Custo Atualizado | Valor de Mercado |
| Títulos de renda fixa | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN | 1.340.834 | 1.346.337 | 2.946.077 | 2.934.446 |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 33.050 | 33.068 | 28.983 | 29.003 |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-F | 1.671.431 | 1.682.892 | 267.894 | 264.893 |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-B | - | - | 295.208 | 293.035 |
| Total | 3.045.315 | 3.062.297 | 3.538.162 | 3.521.377 |

(b) Total da carteira por vencimento

| | 2016 | | | Total |
|--|----------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Sem Vencimento | Até 360 dias | Acima de 360 dias | |
| Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional | | | | |
| Ações de companhias abertas | - | 1.170.375 | 2.922.560 | 4.092.935 |
| Total | - | 1.170.375 | 2.922.560 | 4.092.935 |
| | | | | 2015 |
| | | | | |
| Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional | - | 1.352.024 | 2.498.649 | 3.850.673 |
| Ações de companhias abertas | 96 | - | - | 96 |
| Total | 96 | 1.352.024 | 2.498.649 | 3.850.769 |

As Letras Financeiras do Tesouro, as Letras do Tesouro Nacional e as Notas do Tesouro Nacional encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e foram marcadas a mercado utilizando metodologia interna de precificação, que obedece os intervalos mínimos e máximos divulgados pela Associação Brasileira das Entidades Dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

Em 31 de dezembro de 2016, as ações encontravam-se custodiadas na Bolsa de Mercadoria & Futuros – BM&FBovespa e foram avaliadas a mercado pela última negociação em bolsa de valores.

Os títulos e valores mobiliários vinculados à prestação de garantias referem-se à garantia de operações com derivativos, realizadas junto às clearings de derivativos e câmbio da BM&FBovespa (Nota 14).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito são demonstradas como segue para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

a) Por tipo de operação

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| <i>Operações de crédito</i> | | |
| Empréstimos | 861.383 | 645.246 |
| Total | <u>861.383</u> | <u>645.246</u> |

b) Diversificação por atividade

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| <i>Setor privado</i> | | |
| Outros serviços | 645.276 | 454.537 |
| Indústria | 165.263 | 170.832 |
| Intermediários financeiros | - | 15.845 |
| Comércio | 50.844 | 4.032 |
| Total | <u>861.383</u> | <u>645.246</u> |

c) Por vencimento

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|------------------|-----------------------|-----------------------|
| <i>A Vencer</i> | | |
| Até 90 dias | 310.461 | 68.499 |
| De 91 a 365 dias | 32.061 | 80.218 |
| Mais de 365 dias | 518.861 | 496.529 |
| Total | <u>861.383</u> | <u>645.246</u> |

Em 31 de dezembro 2016 e 2015 não há operações de crédito vencidas.

d) Por nível de risco

| | <u>Curso Normal</u> | <u>2016</u> <u>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</u> |
|----------------|-----------------------|---|
| Nível de risco | | |
| AA | 617.253 | - |
| A | 10.069 | (50) |
| B | 234.061 | (2.341) |
| Total | <u>861.383</u> | <u>(2.391)</u> |

| | Curso Normal | Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa |
|----------------|---------------------|--|
| Nível de risco | | 2015 |
| AA | 343.679 | - |
| A | 279.737 | (1.398) |
| B | 19.775 | (198) |
| C | 2.052 | (61) |
| F | 1 | (1) |
| H | 2 | (2) |
| Total | 645.246 | (1.660) |

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | 2016 | 2015 |
|----------------------|----------------|----------------|
| Saldo Inicial | (1.660) | (1) |
| Constituição | (2.824) | (10.862) |
| Reversão | 2.093 | 9.203 |
| Saldo final | (2.391) | (1.660) |

No decorrer do exercício de 2016 o Banco não efetuou a recuperação de créditos baixados para prejuízo (R\$ 29.919 em 2015), sendo este montante de 2015 reconhecido diretamente em contrapartida no resultado, na rubrica “Provisão para créditos e liquidação duvidosa” (PCLD) que é composta conforme abaixo:

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------|---------------|
| Constituição PCLD no exercício | (2.824) | (10.862) |
| Reversão PCLD no exercício | 2.093 | 9.203 |
| Constituição PCLD sobre fianças no exercício | (7) | (1) |
| Reversão PCLD sobre fianças no exercício | 1 | 30 |
| Constituição PCLD sobre outros créditos no exercício | (3) | (15.060) |
| Recuperação de créditos baixados para prejuízo no exercício | - | 29.919 |
| (Receita) com Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 21) | (740) | 13.229 |

No decorrer de 2016 e 2015 não houve créditos baixados para prejuízo.

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Outros Créditos | | |
| Câmbio comprado a liquidar – Pronto | 260.126 | 630.222 |
| Direitos sobre vendas de câmbio – Pronto | 405.813 | 23.473 |
| Direitos sobre vendas de câmbio – Termo (1) | 499.791 | 2.689.508 |
| (-) Adiantamento em moeda estrangeira | (178) | (408) |
| Total | <u>1.165.552</u> | <u>3.342.795</u> |
| Outras Obrigações | | |
| Câmbio vendido a liquidar – Pronto | 404.540 | 23.431 |
| Câmbio vendido a liquidar – Termo (1) | 488.775 | 2.635.335 |
| Obrigações por compras de câmbio – Pronto | 262.639 | 633.735 |
| Total | <u>1.155.954</u> | <u>3.292.501</u> |

(1) No decorrer de 2016 e 2015 o CPBoFAML Banco participou de compras à vista e vendas a termo de dólar junto ao Bacen. Estas operações foram tratadas como derivativos (vendas a termo) e foram mensuradas por seu valor de mercado com contrapartida no resultado no grupo de operações com “instrumentos financeiros derivativos” na demonstração do resultado.

A operações de vendas a termo, acima descritas, estão assim registradas em nossos livros:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-----------------------|-------------------------|
| | <u>Vendas a termo</u> | <u>Vendas a termo</u> |
| | <u>Ponta ativa</u> | <u>Ponta ativa</u> |
| Contratos de câmbio a termo (ponta pré fixada) | 501.815 | 2.781.150 |
| Rendas/Despesas a apropriar (1) | (2.024) | (91.642) |
| Direitos sobre vendas - termo | 499.791 | 2.689.508 |
| Ajuste positivo de marcação a mercado (Nota 14) | 1.901 | - |
| Ajuste negativo de marcação a mercado (Nota 14) | - | (39.125) |
| Total | <u>501.692</u> | <u>2.650.383</u> |
| | <u>Ponta passiva</u> | <u>Ponta passiva</u> |
| Câmbio a liquidar (taxa histórica) | 486.840 | 2.630.590 |
| Variação cambial reconhecida no período | 1.935 | 4.745 |
| Total | <u>488.775</u> | <u>2.635.335</u> |

(1) Refere-se ao accrual a apropriar da ponta pré fixada das operações. As receitas e despesas apropriadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 montam R\$ 136.820 (R\$ 162.420 em 2015) e R\$ 6 (R\$ 7.440 em 2015), respectivamente, sendo reconhecidas no grupo de resultado de “operações de câmbio” na demonstração de resultado.

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Devedores diversos - depósitos judiciais (2) (Nota 18b) | 314.321 | 214.846 |
| Créditos tributários (1) | 151.846 | 161.617 |
| Imposto de renda e contribuições a compensar | 88.390 | 30.644 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 3.499 | 3.162 |
| Adiantamentos para pagamentos | 623 | 149 |
| Outros (3) | 54.686 | 52.902 |
| Total | <u>613.365</u> | <u>463.320</u> |
| Circulante | 188.920 | 157.177 |
| Realizável a longo prazo | 424.445 | 306.143 |

(1) Créditos tributários de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), constituídos com base nas alíquotas vigentes para estes tributos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, calculados sobre os ajustes temporários.

(2) Os depósitos judiciais em garantia vinculados aos processos tributários são decorrentes de exigências legais para a interposição de recursos relativos às discussões existentes. Dentre os depósitos efetuados, destacamos os que garantem as teses de: (i) INSS sobre participação nos lucros e resultados - R\$ 167.119 (R\$ 118.204 em 2015); (ii) PIS e Cofins Lei 9.718/98 - R\$ 130.044 (R\$ 95.755 em 2015); e, (iii) outros - R\$ 333 (R\$ 333 em 2015). Os depósitos judiciais em garantia vinculados aos processos trabalhistas montam R\$ 472 (R\$ 359 em 2015). Com base na evolução dos processos contingentes em discussão, ocorrido no segundo semestre de 2016, o CPBofAML reconheceu a atualização monetária dos juros dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 99.363 em “outras receitas operacionais”.

(3) Refere-se substancialmente a reembolsos a receber de partes relacionadas no montante de R\$ 53.859 (R\$ 52.292 em 2015) (Nota 28.c).

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

| | <u>2016</u> | | <u>2015</u> | |
|--|-------------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|
| | <u>Imposto de Renda</u> | <u>Contribuição Social</u> | <u>Imposto de Renda</u> | <u>Contribuição Social</u> |
| Resultado antes do IRPJ e da CSLL | 742.435 | 742.435 | 290.016 | 290.016 |
| Juros sobre capital próprio | - | - | (84.390) | (84.390) |
| Ajustes Temporários (1) | 153.060 | 153.060 | (132.471) | (132.471) |
| Incentivos Fiscais(2) | 4.547 | 347 | 427 | 98 |
| Outros Ajustes Permanentes(3) | 42.875 | 44 | 334 | 9 |
| Resultado antes do IRPJ, CSLL e JCP | <u>942.917</u> | <u>895.886</u> | <u>73.916</u> | <u>73.262</u> |
| Alíquotas (4) | 25% | 15%-20% | 25% | 15%-20% |
| IRPJ e CSLL | <u>(235.931)</u> | <u>(179.177)</u> | <u>(14.691)</u> | <u>(9.350)</u> |
| Ajustes Exercícios Anteriores | (635) | (407) | (3.612) | (2.245) |
| Incentivos Fiscais | 5.924 | - | 755 | - |
| Passivo Fiscal Diferido (5) | 38.557 | 23.402 | (52.315) | (34.346) |
| Outros Ajustes | - | - | - | (3) |
| Ativo Fiscal Diferido | (9.181) | (591) | 19.197 | 28.421 |
| Total do imposto de renda e contribuição social | <u>(201.266)</u> | <u>(156.773)</u> | <u>(50.666)</u> | <u>(17.523)</u> |

- (1) Referem-se aos ajustes temporários indedutíveis ao lucro líquido, tais como, ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado e provisões de passivos contingentes.
- (2) Refere-se, basicamente, as doações realizadas de acordo com os programas estabelecidos pelos Governos Federal e Municipal (Lei Rouanet, FUMCAD e Incentivo ao Desporto) e o Programa Empresa Cidadã (Prorrogação de Licença Maternidade).
- (3) Refere-se, basicamente, a remuneração variável dos diretores executivos do Bank of America Merrill Lynch.
- (4) A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.
- (5) Refere-se, basicamente, ao passivo diferido sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado.

(b) Movimentação dos créditos tributários no exercício

| | Crédito tributário diferido ativo - IRPJ | | | |
|-----------------------|---|-------------------|---------------------|---------------|
| | dez/15 | Realização | Constituição | dez/16 |
| Contingências fiscais | 20.220 | - | 9.531 | 29.751 |
| Marcação a mercado | 1 | (1) | - | - |
| Outras provisões (1) | 71.527 | (113.247) | 94.537 | 52.817 |
| Total | 91.748 | (113.248) | 104.068 | 82.568 |

| | Crédito tributário diferido ativo – IRPJ | | | |
|-----------------------|---|-------------------|---------------------|---------------|
| | dez/14 | Realização | Constituição | dez/15 |
| Contingências fiscais | 20.302 | - | 2.684 | 20.220 |
| Marcação a mercado | 4.288 | (13.017) | 13.339 | 1 |
| Outras provisões (1) | 47.961 | (48.622) | 45.492 | 71.527 |
| Total | 72.551 | (61.639) | 61.515 | 91.748 |

| | Crédito tributário diferido ativo – CSLL | | | |
|-----------------------|--|-----------------|---------------|---------------|
| | dez/15 | Realização | Constituição | dez/16 |
| Contingências fiscais | 10.044 | - | 10.982 | 21.026 |
| Marcação a mercado | - | - | - | - |
| Outras provisões (1) | 59.825 | (83.489) | 71.916 | 48.252 |
| TOTAL | 69.869 | (83.489) | 82.898 | 69.278 |

| | Crédito tributário diferido ativo – CSLL | | | |
|-----------------------|--|------------------|----------------|---------------|
| | dez/14 | Realização | Constituição | dez/2015 |
| Contingências fiscais | 10.098 | (59) | 5 | 10.044 |
| Marcação a mercado | 2.572 | (135.204) | 132.632 | - |
| Outras provisões (1) | 28.778 | (48.194) | 79.241 | 59.825 |
| TOTAL | 41.448 | (183.457) | 211.878 | 69.869 |

(1) Compostas, substancialmente, por outras obrigações sociais e estatutárias (Nota 28).

(c) Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 31 de dezembro de 2016, são os seguintes:

| Exercícios | Expectativa de realização por exercício | Valor presente dos créditos tributários |
|-----------------------|---|---|
| 2017 | 95.110 | 83.687 |
| 2018 | 47.858 | 37.053 |
| 2019 | - | - |
| 2020 em Diante | 8.878 | 5.321 |
| Total | 151.846 | 126.061 |

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado, pela Administração do Banco, com base nos cenários atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções de resultado alinhado ao Plano de Capital do Banco. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

(d) Movimentação das obrigações fiscais diferidas no exercício

| | dez/15 | Realização | Constituição | Dez/16 |
|---------------------------------|----------------|------------------|----------------|---------------|
| Marcação a Mercado | 132.724 | (188.599) | 81.016 | 25.141 |
| Juros sobre depósitos judiciais | - | - | 45.623 | 45.623 |
| TOTAL | 132.724 | (188.599) | 126.639 | 70.764 |

| | <u>dez/14</u> | <u>Realização</u> | <u>Constituição</u> | <u>Dez/15</u> |
|--------------------|---------------|-------------------|---------------------|----------------|
| Marcação a Mercado | 46.063 | (431.098) | 517.759 | 132.724 |
| TOTAL | 46.063 | (431.098) | 517.759 | 132.724 |

9. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Os saldos dessas contas classificadas em “outros créditos”, no ativo circulante, e “outras obrigações”, no passivo circulante, são substancialmente compostos por operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|----------------|------------------|
| Ativo | | |
| Intermediação de negociações de valores mobiliários pendentes de liquidação | 351.002 | 351.036 |
| Ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros | 129.892 | 1.056.295 |
| Total | 480.894 | 1.407.331 |
| Passivo | | |
| Intermediação de negociações de valores mobiliários pendentes de liquidação | 351.402 | 349.035 |
| Ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros | 291.497 | 804.524 |
| Total | 642.899 | 1.153.559 |

10. INVESTIMENTOS

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|------------------------|-------------|-------------|
| Ações e Cotas – ANBIMA | 10 | 10 |
| CETIP Educacional | 1 | 1 |
| Total | 11 | 11 |

11. IMOBILIZADO DE USO

Vide abaixo movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

| | <u>2015</u> | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | <u>Depre- ciação</u> | <u>2016</u> |
|------------------------------------|---------------|----------------|----------------|--------------------------|----------------|
| Instalações | 36.083 | 49 | (8) | - | 36.124 |
| Móveis e equipamentos de uso | 9.842 | 23 | (672) | - | 9.193 |
| Sistemas de comunicação | 7.241 | 770 | (149) | - | 7.862 |
| Sistemas de processamento de dados | 41.341 | 8.616 | (1.947) | - | 48.010 |
| Veículos | 215 | 216 | - | - | 431 |
| Obras de arte | 82 | - | - | - | 82 |
| Moveis e equipamentos em estoque | 1.449 | - | (1.260) | - | 189 |
| Imobilizados em curso | 395 | - | (395) | - | - |
| Subtotal | 96.648 | 9.674 | (4.431) | - | 101.891 |
| Depreciação acumulada | (45.435) | - | 2.328 | (11.096) | (54.203) |
| Total | 51.213 | 9.756 | (2.103) | (11.096) | 47.688 |

| | <u>2014</u> | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | <u>Depre-</u> <u>ciaçãoção</u> | <u>2015</u> |
|------------------------------------|---------------|----------------|----------------|-----------------------------------|---------------|
| Instalações | 28.035 | 8.083 | (35) | - | 36.083 |
| Móveis e equipamentos de uso | 7.842 | 1.709 | 291 | - | 9.842 |
| Sistemas de comunicação | 6.092 | 2.763 | (1.614) | - | 7.241 |
| Sistemas de processamento de dados | 37.356 | 5.144 | (1.159) | - | 41.341 |
| Veículos | 508 | 215 | (508) | - | 215 |
| Obras de arte | 82 | - | - | - | 82 |
| Imobilizados em curso | - | - | 395 | - | 395 |
| Moveis e equipamentos em estoque | - | - | 1.449 | - | 1.449 |
| Subtotal | 79.915 | 17.914 | (1.181) | - | 96.648 |
| Depreciação acumulada | (38.268) | - | 2.538 | (9.675) | (45.435) |
| Total | 41.647 | 17.914 | 1.357 | (9.675) | 51.213 |

12. INTANGÍVEL

Vide abaixo movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

| | <u>2015</u> | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | <u>Amorti-</u> <u>zação</u> | <u>2016</u> |
|----------------------------------|---------------|----------------|---------------|--------------------------------|---------------|
| Gastos de organização e expansão | 10.617 | - | (9) | - | 10.608 |
| Subtotal | 10.617 | - | (9) | - | 10.608 |
| Amortização acumulada | (9.349) | - | 9 | (363) | (9.703) |
| Total | 1.268 | - | - | (363) | 905 |

| | <u>2014</u> | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | <u>Amorti-</u> <u>zação</u> | <u>2015</u> |
|----------------------------------|---------------|----------------|---------------|--------------------------------|---------------|
| Gastos de organização e expansão | 10.623 | - | (7) | - | 10.617 |
| Subtotal | 10.623 | - | (7) | - | 10.617 |
| Amortização acumulada | (8.861) | (30) | 2 | (550) | (9.349) |
| Total | 1.762 | (30) | (5) | (550) | 1.268 |

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 598.330.140 ações ordinárias nominativas, que asseguram dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, podendo, a Assembleia Geral, deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

Em atendimento à Resolução 3.605/08 do CMN, em 30 de abril de 2015, o valor de R\$ 2.917 referente à “reserva de capital” foi destinado para a conta de “reserva de lucros – especiais”.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 30 de abril de 2015, a Administração deliberou a criação de nova “reserva de lucros – estatutária” destinada a assegurar a adequação operacional e regulatória do CPBofaML, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo a necessidade, para a realização da distribuição de dividendos. A referida “reserva de lucros – estatutária” será constituída mediante à distribuição de até 100% dos resultados remanescentes do lucro líquido do Banco apurado em

cada exercício social, após efetivadas todas as demais deduções legais, e mediante proposta da Administração, sendo certo que o saldo de tal “reserva de lucros – estatutária” não poderá ultrapassar o valor do capital social. A Administração aprovou a destinação das “reservas de lucros – especiais”, no montante de R\$ 64.471 para “reserva de lucros – estatutária”.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco efetuou a provisão de remuneração do capital próprio aos acionistas, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária na mesma data, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 84.390. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 37.976.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 29 de abril de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$ 71.732, mediante a créditos resultantes do pagamento de juros sobre o capital próprio. Este ato societário foi homologado junto ao Banco Central do Brasil em 1º de julho de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de novembro de 2016, foi aprovado o aumento de capital do Banco no valor de R\$ 506.488, mediante a capitalização de lucros acumulados referentes ao presentes exercícios R\$ 217.615, Reserva Legal R\$ 94.522, Reservas de Lucros – Estatutária R\$ 190.811, Reserva de Lucros – Incentivos Fiscais R\$ 623 e Reservas Legais de Lucro R\$ 2.917. Este ato societário encontra-se em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

Em 30 de novembro de 2016, o Banco vendeu integralmente a totalidade de sua participação (99,9954%) da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Corretora) para a BofAML EMEA Holdings 2 Limited (BofAML EMEA Holdings II), sociedade constituída em Jersey, pelo valor correspondente a 99,9945% do valor patrimonial da Corretora, conforme saldos registrados naquela data.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo principal proporcionar aos seus clientes, produtos que possibilitem a proteção de seus ativos contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros, além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações.

Contratos a termo de juros e câmbio são contratos para efetuar troca de pagamentos e moedas em uma data futura especificada, com base na flutuação no mercado de taxa de juros e cotação da moeda, entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato.

Contratos de "swaps" de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal.

Contratos de opções dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito mas não a obrigação, de comprar ou vender dentro de um prazo limitado um instrumento financeiro, inclusive fluxo de juros, moedas estrangeiras, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias são compromissos para comprar ou vender mercadorias em uma data futura, por um preço contratado, que serão liquidados em dinheiro. O valor nominal representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado.

O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no caso de não cumprimento da sua parte na operação. Os contratos de "swaps" proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swaps" é de R\$ 2.828.776 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 6.356.826 em 2015).

O risco de crédito associado aos contratos de opção se limitam à extensão dos prêmios marcados a mercado em opções adquiridas. A exposição ao risco de crédito, associada à aquisição de opções totalizou o montante de R\$ 97.785 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 12.235 em 2015).

O risco de crédito associado aos contratos a termo de juros, câmbio e títulos públicos proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em contratos a termo de juros, câmbio e títulos públicos é de R\$ 2.069.343 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.775.895 em 2015).

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizado devido à liquidação diária em dinheiro.

O valor total das garantias vinculadas aos contratos de instrumentos financeiros derivativos é de R\$ 3.029.229 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.492.374 em 2015), composto por títulos públicos (Nota 5).

O CPBofAML não possui derivativos classificados como "hedge accounting" em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

A seguir demonstramos os valores ativos e passivos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 que envolvem os instrumentos financeiros derivativos de negociação avaliados a valor de mercado:

(a) Composição por indexador

| | Valor de mercado | | 2016 | Valor de mercado | | 2015 |
|-----------------------------|------------------|--------------------|--------------------|------------------|---------------------|--------------------|
| | Valor a receber | Valor a pagar | Valor nominal | Valor a receber | Valor a pagar | Valor nominal |
| Operações de "swap" | | | | | | |
| CDI x Dólar | 809.626 | (415.680) | 9.650.511 | 9.763 | (4.240.034) | 11.544.053 |
| Dólar x CDI | 129.436 | (402.582) | 4.216.769 | 2.492.415 | (5.719) | 12.028.419 |
| CDI x Euro | - | - | - | 60.058 | (87.302) | 1.389.794 |
| Euro x CDI | - | - | - | 73.495 | (33.017) | 1.412.033 |
| CDI x IGPM | - | (7.487) | 209.610 | 49 | (2.645) | 209.610 |
| IGPM x CDI | 7.679 | - | 206.284 | 2.768 | (19) | 206.284 |
| CDI x IPCA | 23.837 | (110.190) | 3.290.427 | 23.316 | (16.346) | 1.634.644 |
| IPCA x CDI | 47.327 | (5.211) | 1.655.103 | 7.044 | (2.079) | 614.350 |
| CDI x Libor | 567.761 | (710.232) | 9.930.785 | 8.222 | (3.090.900) | 10.974.882 |
| Libor x CDI | 499.687 | (694.565) | 10.075.247 | 2.625.539 | (3.118) | 10.042.096 |
| CDI x Pré | - | (21.716) | 5.472.013 | 30.170 | (2.797) | 7.104.324 |
| Pré x CDI | 7.731 | (2.173) | 584.142 | 114 | (35.012) | 642.580 |
| CUF x CDI | - | - | - | 28.126 | - | 66.485 |
| Dólar x Euro | 459.348 | - | 1.306.161 | 481.656 | - | 1.306.161 |
| Euro x Dólar | - | (199.703) | 1.561.314 | - | (479.648) | 1.306.161 |
| Dólar x Libor | 46.996 | (9.446) | 3.710.510 | 100.765 | (5.937) | 3.723.770 |
| Libor x Dólar | 22.415 | (7.774) | 4.194.292 | 8.418 | (30.587) | 3.826.243 |
| Dólar x Pré | 98.049 | (12.265) | 671.918 | 330.390 | (666) | 804.990 |
| Pré x Dólar | 40.581 | (89.217) | 863.167 | 839 | (275.166) | 783.300 |
| Euro x Pré | - | (51.576) | 388.265 | 1.884 | - | 10.386 |
| Pré x Euro | 52.400 | - | 388.265 | - | (1.874) | 10.386 |
| Libor x Pré | 10.934 | (518) | 25.682 | 65.081 | - | 169.453 |
| Pré x Libor | 547 | (22.087) | 55.448 | - | (97.401) | 124.280 |
| Pré x CUF | - | - | - | - | (30.556) | 68.879 |
| Libor x Euro | 3.205 | - | 49.312 | - | - | - |
| Euro x Libor | - | (2.967) | 49.312 | - | - | - |
| CDI x CDI | 1.217 | - | 660.000 | 6.714 | - | 660.000 |
| Operações com opções | | | | | | |
| Posição comprada | | | | | | |
| Dólar | 97.785 | - | 2.397.854 | 5.652 | - | 8.487.401 |
| Yen | - | - | - | 6.583 | - | 31.044 |
| Posição vendida | | | | | | |
| Dólar | - | (97.785) | 2.397.854 | - | (3.476.659) | 8.487.401 |
| Yen | - | - | - | - | (6.583) | 31.044 |
| Operações a termo | | | | | | |
| Títulos públicos | 848.753 | (848.588) | 848.734 | 254.264 | (254.137) | 254.216 |
| Moeda – NDF | 1.218.689 | (795.695) | 44.682.044 | 1.521.631 | (962.298) | 59.251.621 |
| Cambial (Nota 7) | 1.901 | - | - | - | (39.125) | - |
| CVA / LVA (1) | (55.804) | - | - | (68.758) | - | - |
| Total | 4.940.100 | (4.507.457) | 109.541.023 | 8.076.198 | (13.179.625) | 147.206.290 |

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

| | 2016 | | 2015 | |
|---------------------|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| | Valor de custo | Valor de mercado | Valor de custo | Valor de mercado |
| Ativo | | | | |
| Operações de "swap" | 2.741.450 | 2.828.776 | 6.321.023 | 6.356.826 |
| Prêmio de opções | 103.188 | 97.785 | 23.322 | 12.235 |
| Operações a termo | 1.425.801 | 2.069.343 | 1.517.192 | 1.775.895 |
| CVA / LVA | - | (55.804) | - | (68.758) |
| Total | 4.270.439 | 4.940.100 | 7.861.537 | 8.076.198 |
| Passivo | | | | |
| Operações de "swap" | (2.834.951) | (2.765.389) | (8.734.388) | (8.440.823) |
| Prêmio de opções | (104.647) | (97.785) | (3.485.999) | (3.483.242) |
| Operações a termo | (1.378.316) | (1.644.283) | (890.270) | (1.255.560) |
| Total | (4.317.914) | (4.507.457) | (13.110.657) | (13.179.625) |

(c) Composição do valor de mercado por vencimentos

| | 2016 | | | | | Total |
|--------------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| | Até 90 dias | de 91 a 120 dias | de 121 a 180 dias | de 181 a 365 dias | Acima de 365 dias | |
| Posição ativa | | | | | | |
| Operações de "swap" | 240.161 | 40.131 | 148.658 | 390.144 | 2.009.682 | 2.828.776 |
| Prêmio de opções | 44.847 | 2.324 | 6.239 | 32.749 | 11.626 | 97.785 |
| Operações a termo | 1.815.915 | 22.204 | 59.660 | 117.124 | 54.440 | 2.069.343 |
| CVA / LVA | (4.543) | (164) | (1.686) | (4.933) | (44.478) | (55.804) |
| Total | 2.096.380 | 64.495 | 212.871 | 535.084 | 2.031.270 | 4.940.100 |
| Posição passiva | | | | | | |
| Operações de "swap" | 236.440 | 6.326 | 50.502 | 381.447 | 2.090.674 | 2.765.389 |
| Prêmio de opções | 44.847 | 2.324 | 6.239 | 32.749 | 11.626 | 97.785 |
| Operações a termo | 1.384.951 | 25.310 | 60.668 | 98.941 | 74.413 | 1.644.283 |
| Total | 1.666.238 | 33.960 | 117.409 | 513.137 | 2.176.713 | 4.507.457 |
| Valor referencial | | | | | | |
| Operações de "swap" | 7.085.832 | 534.766 | 1.606.242 | 8.361.159 | 41.626.538 | 59.214.537 |
| Prêmio de opções | 1.815.413 | 107.869 | 295.583 | 2.179.970 | 396.873 | 4.795.708 |
| Operações à termo | 39.902.659 | 667.451 | 1.382.481 | 2.862.977 | 715.210 | 45.530.778 |
| Total | 48.803.904 | 1.310.086 | 3.284.306 | 13.404.106 | 42.738.621 | 109.541.021 |
| | | | | | | 2015 |
| | | | | | | |
| Posição ativa | | | | | | |
| Operações de "swap" | 290.320 | 7.435 | 228.337 | 580.855 | 5.249.879 | 6.356.826 |
| Prêmio de opções | 6.583 | - | 578 | - | 5.074 | 12.235 |
| Operações a termo | 1.325.048 | 40.847 | 31.916 | 366.365 | 11.719 | 1.775.895 |
| CVA / LVA | (3.819) | (928) | (1.615) | (7.507) | (54.889) | (68.758) |
| Total | 1.618.132 | 47.354 | 259.216 | 939.713 | 5.211.783 | 8.076.198 |

| | <u>Até 90 dias</u> | <u>de 90 a 120 dias</u> | <u>de 120 a 180 dias</u> | <u>de 181 a 365 dias</u> | <u>acima de 365 dias</u> | <u>Total</u> |
|------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|
| Posição passiva | | | | | | |
| Operações de "swap" | (394.852) | (5.969) | (216.930) | (1.361.836) | (6.461.236) | (8.440.823) |
| Prêmio de opções | (3.477.590) | - | (578) | - | (5.074) | (3.483.242) |
| Operações a termo | (971.550) | (69.691) | (25.387) | (175.261) | (13.671) | (1.255.560) |
| Total | (4.843.992) | (75.660) | (242.895) | (1.537.097) | (6.479.981) | (13.179.625) |

| | <u>Até 90 dias</u> | <u>de 90 a 120 dias</u> | <u>de 120 a 180 dias</u> | <u>de 181 a 365 dias</u> | <u>Acima de 365 dias</u> | <u>Total</u> |
|--------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------|
| Valor referencial | | | | | | |
| Operações de "swap" | 7.935.848 | 231.721 | 1.488.090 | 8.684.853 | 52.323.051 | 70.663.563 |
| Prêmio de opções | 14.012.391 | - | 1.028.999 | - | 1.995.500 | 17.036.890 |
| Operações à termo | 53.586.652 | 889.553 | 1.008.478 | 3.829.464 | 191.690 | 59.505.837 |
| Total | 75.534.891 | 1.121.274 | 3.525.567 | 12.514.317 | 54.510.241 | 147.206.290 |

(d) Valor de mercado por local de negociação

As operações de instrumentos financeiros derivativos relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 estavam registradas na CETIP S.A. – Balcão organizado de ativos e derivativos e na BM&FBovespa.

Para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos derivativos são utilizados os seguintes critérios: "swap", termos e futuros com base nas cotações e taxas publicadas pela BM&FBovespa e informações disponibilizadas pela Bloomberg; e para as opções se adota modelos de precificação "Black & Scholes".

(e) Composição dos contratos de futuros a liquidar

| | <u>2016</u> | | | <u>2015</u> | | |
|--------------------------|------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|----------------------|----------------------|
| <u>Índice</u> | <u>Valor a receber</u> | <u>Valor a pagar</u> | <u>Valor nominal</u> | <u>Valor a receber</u> | <u>Valor a pagar</u> | <u>Valor nominal</u> |
| Moeda estrangeira | - | (9.745) | 3.420.558 | 9.264 | (1.207) | 2.505.952 |
| Depósito interfinanceiro | 888 | (238) | 7.994.000 | 1.567 | (593) | 9.099.313 |
| DDI | 4.331 | (159.289) | 16.638.842 | 283.173 | (40.457) | 20.675.780 |
| Total | 5.219 | (169.272) | 28.053.400 | 294.004 | (42.257) | 32.281.045 |

15. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos :

| | | | | | | 2016 |
|-----------------------------------|-------------------|----------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | Sem vencimento | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 Anos | Total |
| Depósitos à vista | 680.937 | - | - | - | - | 680.937 |
| Depósitos a prazo | | | | | | |
| CDB Pós-fixado | - | 656.899 | 1.160.742 | 2.361.277 | 1.974.425 | 6.153.343 |
| Depósitos interfinanceiros | | | | | | |
| CDI Pré-fixado | - | - | - | - | - | - |
| CDI Pós-fixado | - | 61.833 | 118.089 | - | - | 179.922 |
| Total | 680.937 | 718.732 | 1.278.831 | 2.361.277 | 1.974.425 | 7.014.202 |

| | | | | | | 2015 |
|-----------------------------------|-------------------|----------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | Sem vencimento | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 Anos | Total |
| Depósitos à vista | 318.497 | - | - | - | - | 318.497 |
| Depósitos à prazo | | | | | | |
| CDB pós-fixado | - | 302.274 | 74.076 | 1.401.207 | - | 1.777.557 |
| Depósitos interfinanceiros | | | | | | |
| CDI Pré- fixado | - | 16.028 | - | - | - | 16.028 |
| Total | 318.497 | 318.302 | 74.076 | 1.401.207 | - | 2.112.082 |

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

A composição das captações no mercado aberto é a seguinte:

| | 2016 | | 2015 | |
|-------------------------------------|------------------------|-------------------|------------------------|-------------------|
| | Valor de Liquidação | Saldo Contábil | Valor de Liquidação | Saldo Contábil |
| Carteira Própria | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN | 23.023 | 23.939 | 5.246 | 5.246 |
| Carteira de Terceiros | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN | - | - | 42.038 | 42.003 |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 800.814 | 800.407 | | |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-B | 408.411 | 408.204 | | |
| Total | 1.232.248 | 1.232.550 | 47.284 | 47.249 |

Em 31 de dezembro de 2016 as captações no mercado aberto possuem vencimentos em janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2015 as captações no mercado aberto possuem vencimentos em janeiro de 2016.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

A composição das outras obrigações sociais e estatutárias é a seguinte:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Programa de participação nos resultados - curto prazo (1) | 107.437 | 136.043 |
| Juros sobre capital próprio (Nota 13) | 90.463 | 71.732 |
| Programa de participação nos resultados - longo prazo (2) | 60.437 | 66.261 |
| Outras obrigações sociais e estatutárias | 4.880 | 14 |
| Total | <u>263.217</u> | <u>274.050</u> |

(1) Programa de participação nos resultados baseado em benefício de curto prazo pago em dinheiro.

(2) Programa de participação nos resultados - longo prazo

Planos de remuneração baseados em ações

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração de longo prazo é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação.

Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2016 ou 2015.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição do saldo da rubrica “Obrigações fiscais e previdenciárias” são os seguintes:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Provisão para impostos e contribuições sobre lucro | 409.184 | 23.286 |
| Provisão para riscos fiscais (Nota 20) | 118.585 | 80.563 |
| Impostos e contribuições sobre salários | 68.785 | 86.540 |
| Provisão para imposto de renda diferido (Nota 8d) | 70.764 | 132.724 |
| Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros | 435 | 386 |
| Outros impostos a pagar (1) | 26.083 | 39.645 |
| Total | <u>693.836</u> | <u>363.144</u> |
| Circulante | 592.409 | 160.315 |
| Exigível a longo prazo | 101.427 | 202.829 |

(1) O saldo corresponde, principalmente, a imposto sobre serviços próprios no valor de R\$ 1.392 (R\$ 1.886 em 2015), provisão para ajuste a valor de mercado de PIS e COFINS no valor de R\$ 764, R\$ 4.703

respectivamente (R\$ 0 em 2015), impostos sobre operações financeiras a recolher de terceiros R\$ 9.759 (R\$ 15.201 em 2015), imposto de renda retido na fonte incidentes sobre operações de derivativos R\$ 3.374 (R\$ 9.893 em 2015) e em 2015 provisão de imposto de renda retido na fonte sobre JCP (R\$ 12.658).

19. DÍVIDAS SUBORDINADAS ELEGÍVEIS A CAPITAL

Os detalhes do saldo da rubrica “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

| | <u>Valor Principal</u> | <u>Taxa de juros</u> | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|------------------------|------------------------|----------------------|-------------|---------------|
| Dívida Subordinada (1) | 86.700 | 100% CDI | - | 87.477 |
| | | | - | 87.477 |

(1) Dívida subordinada emitida em 6 de dezembro de 2006, com vencimento em 6 de dezembro de 2016, com pagamentos de juros trimestrais e do principal no vencimento.

20. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CPBofAML, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências como segue:

(a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) Provisões constituídas

Composição dos saldos patrimoniais

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--|----------------|----------------|
| Depósitos judiciais | | |
| Obrigações legais e outros passivos contingentes | 313.849 | 214.487 |
| Trabalhistas | 472 | 359 |
| Total (Nota 8) | 314.321 | 214.486 |
| Provisões | | |
| Obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 18) | 118.585 | 80.563 |
| Trabalhistas (c.1.2.2) | 45.272 | 52.496 |
| Outros | 41 | - |
| Total | 163.898 | 133.059 |

(i) Com base na evolução dos processos contingentes em discussão, ocorrido no segundo semestre de 2016, o CPBofAML reconheceu a atualização monetária dos depósitos judiciais e a respectiva atualização das obrigações legais e outros passivos contingente em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 38.022 em “outras despesas operacionais”.

(c) Movimentação dos saldos patrimoniais

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--------------------------------------|---|---|
| | Obrigações legais e Outros passivos contingentes | Obrigações legais e Outros passivos contingentes |
| Saldo inicial | 133.059 | 86.321 |
| Constituição/(Reversão) no exercício | 30.839 | 46.738 |
| Saldo final | 163.898 | 133.059 |

(c.1) Passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O CPBofAM é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25 (aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09), são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contesta-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificados como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(c.1.1) Obrigações Legais

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica “fiscais e previdenciárias” e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Por representar obrigação legal, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(c.1.2) Passivos Contingentes

(c.1.2.1) Tributários

O CPBofAM também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis.

Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 500.770 (R\$ 425.708 em 2015) que envolve as seguintes discussões:

(i) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 353.070 (R\$ 290.240 em 2015); (ii) dedutibilidade das perdas oriundas de renegociação de crédito no valor de R\$ 69.236 (R\$ 63.254 em 2015); (iii) dedutibilidade na base do IRPJ das despesas relativas a gratificações no valor de R\$ 17.395 (R\$ 15.816 em 2015); (iv) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 39.810 (R\$ 36.859 em 2015); (v) PIS e COFINS sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 20.556 (R\$ 18.878 em 2015) e, (vi) outras - R\$ 703 (R\$ 661 em 2015). Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

(c.1.2.2) Trabalhistas

Litígios trabalhistas baseados em prognóstico de consultores jurídicos com possíveis chances de perdas estão estimados em R\$ 59.731 (R\$ 52.942 em 2015). Em 31 de dezembro de 2016, com base no prognóstico de consultores jurídicos, o Banco possui causas trabalhistas classificadas como prováveis no montante de R\$ 45.272 (R\$ 52.496 em 2015) e portanto foram provisionadas (Nota 21).

Os demais litígios trabalhistas não estão provisionados dado o prognóstico de perda possível para estes litígios.

21. Outras obrigações Diversas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Passivos contingentes trabalhista (Nota 20b) | 45.272 | 52.496 |
| Provisões de férias | 16.445 | 15.164 |
| Passivos atuariais (a) | 7.139 | - |
| Contas a Pagar | 2.150 | 3.883 |
| Diversas | 3.645 | 7.122 |
| Total | <u>74.651</u> | <u>78.663</u> |
| Circulante | 29.329 | 25.567 |
| Exigível a longo prazo | 45.322 | 53.096 |

- (1) Benefícios pós emprego: Os valores reconhecidos no resultado do período foram R\$ 7.139 e seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós emprego do Banco são avaliados como Benefícios definidos:

I – Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

- (a) **Critério para apuração dos Ativos** - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pelo Banco conforme sua ocorrência.
- (b) **Taxa para desconto da Obrigação atuarial** – Inflação + 7,22% a.a. = 13,12% a.a.
- (c) **Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo** – 5,50% a.a
- (d) **Crescimento dos Custos Médicos** – Inflação + 3,00% a.a. = 8,66% a.a.
- (e) **Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade:**
- De 0 a 24 anos: 0,50%
 - De 25 a 54 anos: 2,00%
 - De 55 a 79 anos: 4,50%
 - Acima de 80 anos: 3,00%
- (f) **Percentual de Permanência no Plano dos futuros aposentados e desligados** – 100%

(g) **Tábua de Mortalidade Geral** – AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo

A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevivência que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que o Banco mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

(h) **Rotatividade** - Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários do Banco, elegíveis aos benefícios pós emprego, os quais resultaram em média 13% a.a. na experiência Jan/13 a Mai/16.

(i) **Idade na data de aposentadoria** - 60 anos de idade.

(j) **Método atuarial** - Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II – Exposição a Riscos

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem o Banco a uma série de riscos, sendo os principais expostos à seguir:

- Risco de Inflação: Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial e despesas mais relevantes;

- Expectativa de Vida: Os benefícios definidos disponibilizados pelo Banco possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos e das despesas.

III – Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

| | Passivo atuarial |
|---|-----------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - |
| Obrigação de Benefício Definido | 6.089 |
| Custo do Serviço | 264 |
| Juros sobre Obrigação do Benefício Definido | 786 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 7.139 |

IV – Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado do Banco (antes de impostos) seria de:

| Alteração da Premissa | Efeito no Passivo atuarial e no Resultado | |
|-----------------------|---|----------------------------------|
| - Redução de 0,5% | 119 | Aumento do passivo e da despesa |
| - Acréscimo de 0,5% | (1.089) | Reversão do passivo e da despesa |

22. RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição dos saldos deste item é a seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|----------------|
| Operações de crédito | | |
| Rendas de empréstimos | 103.359 | 74.138 |
| Rendas de adiantamentos a depositantes | 303 | 273 |
| Resultado com títulos e valores mobiliários | | |
| Rendas com títulos e valores mobiliários | 1.028.648 | 842.472 |
| Ganhos/(Perdas) líquidas com títulos e valores mobiliários | 8.293 | (15.447) |
| Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários | 39.590 | (14.062) |
| Resultado de operações de câmbio | | |
| Resultado líquido com operações de câmbio | 724.152 | 56.945 |
| Total das receitas da intermediação financeira | 1.904.345 | 944.319 |

23. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição dos saldos deste item é a seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------------|------------------|
| Operações de captação no mercado | | |
| Despesas de depósitos a prazo | (425.175) | (141.308) |
| Despesas de operações compromissadas | (86.055) | (54.227) |
| Despesas de depósitos interfinanceiros | (30.239) | (12.944) |
| Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos | (6.558) | (2.423) |
| Operações com instrumentos financeiros derivativos | | |
| Ganhos/(Perdas) em operações com ativos financeiros e mercadorias | (411.541) | (146.154) |
| Operações de empréstimos e repasses | | |
| Despesas de empréstimos no exterior | (132.223) | (136.970) |
| Despesas de empréstimos no país – outras instituições | 16.360 | (890) |
| Despesas de obrigações com banqueiros no exterior | (280) | (136) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6) | (740) | 13.229 |
| Total das despesas da intermediação financeira | (1.076.451) | (481.823) |

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Referem-se basicamente a receitas de prestação de serviços de intermediação de valores mobiliários e de operações de intermediação de negócios, a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infra-estrutura técnica e operacional junto a partes relacionadas. A composição dos saldos deste item é a seguinte:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Prestação de outros serviços (1) | 361.841 | 373.981 |
| Receitas de corretagens | 123.939 | 113.382 |
| Assessorias em negociações | 69.762 | 37.476 |
| Gestão de fundos | 18.907 | 17.869 |
| Negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários | 23.037 | 15.625 |
| Outras receitas | 2.343 | 1.106 |
| Total | <u>599.829</u> | <u>559.439</u> |

(1) Essas receitas referem-se, substancialmente, a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional necessária em negociações com valores mobiliários efetuadas com empresas relacionadas (Nota 26).

25. DESPESAS DE PESSOAL

A composição dos saldos deste item é a seguinte:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Remuneração | (162.467) | (338.610) |
| Custos previdenciários | (132.527) | (156.167) |
| Benefícios | (39.599) | (28.347) |
| Outras despesas de pessoal | (524) | (1.884) |
| Total | <u>(335.117)</u> | <u>(525.008)</u> |

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição dos saldos deste item é a seguinte:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|------------------|------------------|
| Serviços do sistema Financeiro | (182.768) | (48.122) |
| Serviços técnicos prestados por terceiros | (41.790) | (40.898) |
| Viagens | (13.426) | (15.764) |
| Aluguéis | (13.533) | (14.854) |
| Amortizações e depreciações | (11.458) | (10.198) |
| Manutenção e conservação | (6.344) | (5.648) |
| Comunicações | (5.543) | (5.101) |
| Doações | (4.996) | (1.592) |
| Eventos | (2.333) | (3.872) |
| Prêmios de seguros | (1.551) | (975) |
| Imóveis, instalações e materiais | (1.548) | (1.295) |
| Água, energia, e gás | (1.232) | (1.273) |
| Copa e cozinha | (1.097) | (1.183) |
| Associações de classe | (1.024) | (1.104) |
| Representações | (942) | (1.223) |
| Publicidade e publicações | (747) | (890) |
| Locomoções e estacionamento | (685) | (999) |
| Outras despesas administrativas (*) | (24.233) | (5.836) |
| Total | (315.250) | (160.827) |

(*) Substancialmente composto por programas de recompensas no montante de R\$ 13.374 (R\$ 5.127 em 2015).

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos deste item é a seguinte:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-----------------|-----------------|
| Impostos sobre Serviços – ISS | (54.226) | (27.659) |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | (29.325) | (20.479) |
| Programas de Integração Social – PIS | (8.778) | (3.327) |
| Outras despesas | (2.442) | (1.578) |
| Total | (94.771) | (53.043) |

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Controladora, empresas ligadas e controlada

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Saldos mantidos em balanço junto à Controladora

| <u>Tipo de operação</u> | <u>Vencimento</u> | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-------------------|-------------|-------------|
| Ativos | | | |
| Valores a receber de sociedades ligadas (1) | | - | 4.522 |
| <i>Total Ativos</i> | | - | 4.522 |
| Passivos | | | |
| Obrigações sociais e estatutárias | | (95.329) | (71.624) |
| <i>Total Passivos</i> | | (95.329) | (71.624) |

(1) O saldo de “valores a receber sociedades ligadas”, subgrupo de Outros créditos - Rendas a receber, no Ativo circulante, decorre substancialmente dos serviços de infra-estrutura técnica e operacional prestados pelo CPBofAML, que tem como contrapartida no resultado “Reembolso de despesas administrativas”.

b) Saldos do final do exercício apresentados no resultado decorrentes de operações junto à Controladora

| <u>Tipo de operação</u> | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|-----------------------------------|-------------|-------------|
| Receitas de prestação de serviços | - | 40 |

c) Saldos do final do exercício mantidos em balanço junto às Partes Relacionadas não Controladoras e não Controladas

| Tipo de operação | Vencimento | Taxa | 2016 | 2015 |
|---|-------------------|-------------|--------------------|--------------------|
| Ativos | | | | |
| Depósitos em moedas estrangeiras | | | 42.780 | 63.347 |
| Aplicações em Mercado aberto | 04/01/2016 | CDI | - | 751 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | | | - | 624.321 |
| Outros créditos a receber | | | 53.858 | 52.292 |
| Instrumentos financeiros derivativos (2) | Até 20/01/2027 | | 1.353.603 | 5.322.401 |
| Negociação e intermediação de valores | 06/01/2016 | | 98.567 | - |
| | 18/01/2017 | | 28.358 | - |
| Valores a receber de sociedades ligadas (1) | 06/01/2016 | | - | 41.038 |
| | 06/01/2016 | | - | 112.872 |
| Total Ativos | | | 1.577.166 | 6.217.022 |
| Passivos | | | | |
| Depósitos à vista | | | (68) | (15) |
| | 06/01/2017 | CDI | (928) | - |
| Captações no mercado aberto | 02/01/2017 | PRÉ | (1.231.662) | - |
| | 02/01/2016 | CDI | - | (47.248) |
| Depósitos à prazo | Até 28/12/2018 | CDI | (46.966) | (42.360) |
| Instrumentos financeiros derivativos (2) | Até 20/06/2025 | | (1.758.151) | (5.273.646) |
| Obrigações sociais e estatutárias | 06/01/2017 | | (14) | (108) |
| Dívidas subordinadas | 06/12/2016 | CDI | - | (87.477) |
| Valores a pagar sociedades ligadas | | | (693) | - |
| Negociação e intermediação de valores | 06/01/2016 | | - | (804.522) |
| Total Passivos | | | (3.038.482) | (6.255.376) |

- (1) O saldo de “valores a receber sociedades ligadas”, subgrupo de Outros créditos – Rendas Antecipadas, no Ativo circulante, decorre substancialmente dos serviços de infra-estrutura técnica e operacional prestados pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., que tem como contrapartida no resultado “Receitas de prestação de serviços”, bem como, o subgrupo de Outros créditos – Diversos, no Ativo circulante, decorrentes do Rateio de despesas existente entre o Banco e a Merrill Lynch Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que tem como contrapartida no resultado “Despesas de Pessoal”.
- (2) As taxas aplicadas nos instrumentos financeiros derivativos são diversas e foram negociadas conforme cada tipo de operação e vencimento na data da contratação de acordo com as taxas aplicadas junto aos demais clientes e mercado.

d) Saldos do final do exercício apresentados no resultado decorrentes de operações junto à não Controladoras e não Controladas

| Tipo de operação | 2016 | 2015 |
|--|-------------|-------------|
| Resultado com títulos e valores mobiliários | 731 | 68 |
| Operações com instrumentos financeiros derivativos | (4.273.057) | 3.774.457 |
| Receitas de prestação de serviços e outros | 377.373 | 411.664 |
| Operações de captação no mercado | (67.800) | (30.712) |
| Operações de empréstimos e repasses | (13.479) | (11.736) |
| Despesas com prestação de serviços | (22) | - |

e) Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas com remuneração do pessoal chave da Administração do grupo Bank of America Merrill Lynch no Brasil, registradas em despesas de pessoal, estão demonstradas a seguir:

| | 2016 | 2015 |
|---|---------------|---------------|
| Participação nos lucros e gratificações | 29.127 | 25.621 |
| Encargos e multa rescisória | 18.611 | 17.164 |
| Plano de benefícios de longo prazo | 21.725 | 14.710 |
| Salários e benefícios | 12.531 | 11.105 |
| Previdência privada | 833 | 576 |
| Total | 82.827 | 69.176 |

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

29.1. Para fins da demonstração de fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes é composto pelo seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|---|------------------|------------------|
| Depósitos bancários | 2 | - |
| Disponibilidades em moeda estrangeira | 42.780 | 63.348 |
| Aplicações em operações compromissadas | 5.041.355 | 2.710.820 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | - | 89.797 |
| Relações interfinanceiras – Correspondentes | 848 | 388 |
| Aplicações em moeda estrangeira | - | 624.321 |
| Total | 5.084.985 | 3.488.674 |

29.2. Basileia - As instituições financeiras são obrigadas a manter capital regulatório consistente com suas atividades, com capital mínimo exigido de 11%. Em março de 2013, novas regras foram emitidas pelo Banco Central do Brasil, em função da implementação de Basileia III no Brasil para fins alinhamento as normas globais. A nova abordagem Padronizada de Basileia III incluiu novas regras de metodologia de medição, análise e administração de risco de crédito, assim como na para apuração do Patrimônio de Referência. Foram estabelecidas ainda, novas regras de transparência de capital por meio de alterações no Pillar 3 de Basileia. O índice de Basileia, calculado de forma consolidada, está demonstrado a seguir:

| | 2016 | 2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Capital regulatório de Nível I ajustado | 2.040.597 | 1.483.208 |
| Capital regulatório de Nível II | - | - |
| Patrimônio de Referência | 2.040.597 | 1.483.208 |
| PR Mínimo para o RWA | 1.111.131 | 1.162.787 |
| Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) | 11.251.965 | 10.570.793 |
| RWA - Risco de Crédito | 6.047.334 | 6.250.535 |
| RWA - Risco de Mercado | 3.597.710 | 3.197.109 |
| RWA - Risco Operacional | 1.606.920 | 1.123.149 |
| Índice de Basileia III | 18,14% | 14,03% |

a. Gerenciamento e alocação de capital

A partir de 31 de Dezembro de 2012 a abordagem de gerenciamento de capital consolida de forma estruturada as ações implementadas pelo CPBoAML para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional, Resolução 3.988/11. A estrutura de capital fornece uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível tendo em vista os objetivos estratégicos, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva. Especificamente fazem parte da estrutura os seguintes elementos:

- Horizonte de planejamento de três anos;
- Está alinhado com os lucros esperados e balanço patrimonial, bem como com outros fatores elaborados pelas áreas de Finance e Administração de Riscos do CPBoAML;
- É embasado em estimativas pró-forma para cada tipo de ativo ponderado pelo risco (RWA) nos termos das legislações aplicáveis do CPBoAML;
- É coerente com os ganhos e projeções de balanço produzidos e aprovados pela alta Administração do CPBoAML;
- Enumera os principais riscos para as estimativas, bem como ações de capital planejados;
- Determina premissas, no mínimo, para um cenário base e um cenário adverso, adequados ao modelo de negócios e às carteiras do CPBoAML;
- Ações corporativas potencialmente necessárias para a adequação do montante de capital regulatório;
- Avalia e reporta a capacidade do CPBoAML para suportar cenários adversos do ponto de vista do capital regulatório.

i. Alocação e mensuração de capital

Conforme os preceitos acordo de capital da Basileia III, o Banco Central publicou as Resoluções 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 do Conselho Monetário Nacional “CMN” que tratam de gerenciamento de risco operacional, de mercado e de crédito. Publicou também Circulares da 3.634/13, até a 3.648/13, que definem as metodologias das parcelas de capital necessárias para os riscos de crédito, mercado e operacional, bem como a Resolução 4.192/13 do CMN, que altera as regras de apuração do patrimônio de referência e fornece orientações sobre a apuração do patrimônio de referência exigido. O CMN publicou também a Resolução 3.988/11 que trata da implementação da estrutura de gerenciamento de capital.

O CPBofAML mantém uma base de capital cuidadosamente gerenciada para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do PR da instituição é discutida mensalmente no Comitê do ALMRC com intuito de definir estratégias para equilibrar a relação entre capital disponível e capital mínimo requerido.

O CPBofAML calcula o patrimônio de referência exigido referente ao risco crédito e mercado utilizando a Abordagem Padronizada e para risco operacional utilizando a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

ii. Estrutura de capital

O capital regulatório consiste no capital nível 1, que inclui o capital acionário e as reservas de lucros, abrangendo o resultado do período atual.

As instituições integrantes do conglomerado financeiro do CPBofAML apuram o seu patrimônio de referência – PR de forma consolidada, utilizando-se dos critérios do plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional – COSIF.

29.3. Gestão de Risco – É um processo contínuo, permanentemente revisado, servindo de base nas decisões do Conglomerado, abrangendo:

Risco de Crédito: O CPBofAML possui e segue Políticas de Risco de Crédito globais do Bank of America Merrill Lynch e também Política de Risco de Crédito local, que definem a abordagem de alto nível para gestão de riscos e controles de risco de crédito a serem utilizados, de acordo com o apetite de risco da instituição, atendendo dispositivos regulatórios, em especial a Resolução Bacen nº 3.721/09. Os departamentos de análise de crédito e de risco de crédito do CPBofAML, trabalhando com as funções de Gestão de Risco Global, avaliam a qualidade de crédito dos clientes individuais existentes e potenciais, as contrapartes institucionais e emitentes, e determinam níveis de risco de crédito. Estes departamentos revisam e monitoram operações específicas, a carteira de crédito de forma geral e outras concentrações de risco. Estas áreas também são responsáveis pelo monitoramento contínuo da qualidade do crédito e do cumprimento dos limites estabelecidos e trabalham ativamente com todas as unidades de negócio do Grupo para gerenciar e mitigar o risco de crédito. Os departamentos de análise de crédito e risco de crédito seguem definições e normas globais para estipular a exposição de crédito, utilizando diversas metodologias. Estes departamentos também realizam revisões periódicas da carteira, monitoram a capacidade financeira da contraparte e avaliam os riscos potenciais de transação visando a identificação prévia de problemas e a necessidade de mitigação de risco em exposições que se tornaram inaceitáveis. Estes departamentos revisam tendências industriais, regionais e econômicas globais e incorporam os efeitos de concentração da carteira ao determinar níveis de tolerância. Também reportam regularmente sobre esta atividade e fornecem as revisões detalhadas da carteira de crédito para o Comitê de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito local atribui ao Comitê de Risco de Crédito a função de supervisionar as políticas, os processos, os sistemas, os controles e os limites locais de modo a propiciar adequada estrutura para uma gestão satisfatória do risco de crédito. Decisões com impactos relevantes sobre o gerenciamento do risco de crédito devem ser discutidas pelo Comitê de Risco de Crédito.

O Comitê de Risco de Crédito é presidido pelo Diretor de Risco Crédito com membros oriundos da alta administração do Grupo, negócios, controle e unidades de suporte.

Risco Operacional: O CPBofAML possui uma estrutura local consolidada, para o gerenciamento do risco operacional de suas atividades de negócio no país, visando aumentar sua eficiência operacional e atender dispositivos regulatórios, em especial a Resolução Bacen nº 3.380/06. A área de Gestão de Risco Operacional é responsável por desenvolver e implementar políticas, processos, procedimentos e ferramentas para a identificação, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais relevantes nas entidades locais e em suas linhas de negócio. A Administração do CPBofAML participa ativamente no processo de gestão de riscos operacionais, por meio do Comitê de Riscos monitorando regularmente o perfil de risco e assegurando a implementação tempestiva de ações para reduzir exposições a perdas operacionais materiais. O relatório contendo a descrição detalhada da estrutura de gestão de riscos operacionais do CPBofAML encontra-se disponível ao público;

Risco de Mercado: A estrutura local do CPBofAML possui controles capazes de medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado para todas as operações realizadas pela instituição conforme disposto na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.365/07, do Bacen. O CPBofAML dispõe de relatórios e políticas locais que atendem aos aspectos requeridos pelo Bacen e que garantem a correta captura e mensuração dos riscos de mercado. A instituição possui um Comitê de Ativos, Passivos e Gerenciamento de Riscos que se reúne mensalmente com os objetivos de deliberar sobre o cumprimento das políticas de Risco de Mercado, definir e monitorar os limites de risco de mercado e de alocação de capital tanto para operações classificadas na carteira de negociação quanto para operações classificadas na carteira de não-negociação. O Comitê tem também a função de monitorar a evolução das transações financeiras descritas no balanço do CPBofAML e de medir a eficiência das unidades de negócios de acordo com sua estratégia e alocação de capital, dando suporte ao crescimento do negócio através do gerenciamento das atividades e suas estratégias, cumprindo todos os aspectos regulatórios;

Risco de Liquidez: O CPBofAML define esse risco como a capacidade financeira de uma instituição em honrar compromissos de curto, médio ou longo prazo, ser afetada em decorrência de insuficientes e/ou inadequadas fontes de recursos para cumprir obrigações de passivos exigíveis. Um gerenciamento contínuo e eficiente do Risco de Liquidez propicia à instituição a habilidade de cumprir com suas obrigações de fluxo de caixa, que apresentam um fator de incerteza uma vez que são afetadas por eventos externos muitas vezes não esperados ou razoavelmente estimados. Para um adequado gerenciamento do Risco de Liquidez, o CPBofAML garante a existência de uma robusta estrutura incluindo: controle e monitoramento das transações financeiras da instituição, análise contínua dos impactos de liquidez no fluxo de caixa decorrente de eventos externos, elaboração de cenários de estresse contemplando uma gama razoável de combinação de fatores de risco e variáveis de mercado, avaliação periódica quanto a qualidade e liquidez dos ativos, planos de contingência e instrumentos de captação entre outros. A partir de 31 de Dezembro de 2012, foram implementadas as melhorias na estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do CPBofAML, estabelecendo políticas e estratégias com o objetivo de assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez, conforme trata a Resolução CMN nº 4.090/12.

29.4. A partir de 31 de Dezembro de 2012, foi implementada a estrutura de Gestão de Capital do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch, que consolida de forma estruturada as ações implementadas para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do CMN, Resolução 3.988/11. A estrutura de gestão de capital fornece uma previsão confiável da suficiência do capital regulatório disponível tendo em vista os objetivos estratégicos, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas

previstas pela gerência executiva. Essas informações encontram-se disponível no endereço eletrônico do Banco (Nota 29.5);

29.5. As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas à gestão de risco referente ao Pilar 3 de Basileia III, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>).

29.6. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05 o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores. Os montantes sujeitos à compensação são resumidos a seguir:

i. Composição do valor a receber / pagar por indexador:

| | Dezembro 2016 | | Dezembro 2015 | |
|-----------------------------|------------------|--------------------|------------------|---------------------|
| | Valor a receber | Valor a pagar | Valor a receber | Valor a pagar |
| Operações de "swap" | | | | |
| CDI x CDI | 1.217 | - | 6.714 | - |
| CDI x Dólar | 476.227 | (82.284) | 2.176 | (4.232.447) |
| CDI x Euro | - | - | - | (27.243) |
| CDI x IGPM | - | (7.487) | - | (2.596) |
| CDI x IPCA | 21.915 | (108.268) | 20.298 | (13.327) |
| CDI x Libor | 407.132 | (549.604) | 8.159 | (3.090.837) |
| CDI x Pré | - | (21.716) | 30.170 | (2.797) |
| CUF x CDI | - | - | 28.126 | - |
| Dólar x CDI | 11.728 | (284.873) | 2.486.697 | - |
| Dólar x Dólar | - | - | - | (3.673) |
| Dólar x Euro | 459.348 | - | 481.656 | - |
| Dólar x Libor | 45.659 | (8.109) | 99.248 | (4.421) |
| Dólar x Pré | 94.955 | (9.171) | 329.724 | - |
| Euro x CDI | - | - | 40.478 | - |
| Euro x Dólar | - | (199.703) | - | (479.648) |
| Euro x Pré | - | (51.576) | 1.884 | - |
| IGPM x CDI | 7.679 | - | 2.749 | - |
| IPCA x CDI | 42.116 | - | 4.965 | - |
| Libor x CDI | - | (194.878) | 2.622.420 | - |
| Libor x Dólar | 14.641 | - | - | (22.169) |
| Libor x Pré | 10.416 | - | 65.081 | - |
| Pré x CDI | 5.558 | - | 114 | (35.012) |
| Pré x CUF | - | - | - | (30.556) |
| Pré x Dólar | 13.682 | (62.318) | - | (270.654) |
| Pré x Euro | 52.400 | - | - | (1.874) |
| Pré x Libor | - | (21.540) | - | (97.401) |
| Euro x Libor | - | (2.967) | - | - |
| Libor x Euro | 3.205 | - | - | - |
| Operações com opções | | | | |
| Dólar | 97.785 | (97.785) | 5.652 | (3.476.659) |
| Yen | - | - | 6.583 | (6.583) |
| Operações a termo | | | | |
| Moeda - NDF | 726.065 | (303.072) | 1.349.186 | (789.853) |
| Títulos públicos | 435 | (270) | 128 | (1) |
| Total | 2.492.163 | (2.005.621) | 7.592.207 | (12.587.751) |